

Educação inclusiva no ensino de ciências

Ediane Soares Martins

Especialista em Gestão Interdisciplinar do
Meio Ambiente e Educação Ambiental- IESF.
E-mail: edianesmartins@gmail.com

Joniery Rubim de Souza

Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
IFMA – Campus Barreirinhas
E-mail: joniery@ifma.edu.br

Recebido: 02 dez. 2017

Aprovado: 25 mar. 2018

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar as práticas metodológicas trabalhadas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva de analisar a atuação do professor de ciências na educação inclusiva. Na educação inclusiva, os alunos são vistos como iguais independentes de qualquer limitação individual que possam apresentar, desta maneira possuem os mesmos direitos e deveres.

Palavras-chave: Intérprete. Ensino-Aprendizagem. Necessidades Educacionais Especiais.

Abstract: The present study had as objective to verify the methodological practices used in the Specialized Educational Assistance rooms (AEE), from the perspective of analyzing the role of the science teacher in inclusive education. In inclusive education, students are seen as being equal regardless of any individual limitation they may present, thus possessing the same rights and duties.

Keywords: Interpreter. Teaching-Learning. Special Educational Needs.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo verificar las prácticas metodológicas trabajadas en las salas de Atención Educativa Especializada (AEE) en la perspectiva de analizar la actuación del profesor de ciencias en la educación inclusiva. En la educación inclusiva, los alumnos son vistos como iguales independientes de cualquier limitación individual que puedan presentar, de esta manera poseen los mismos derechos y deberes.

Palabras clave: Intérprete. Enseñanza y El Aprendizaje. Necesidades Educativas Especiales.

1 Introdução

O conceito de educação especial surgiu por meio da Declaração de Salamanca (1994), o qual enfatiza o direito de toda criança à educação e à permanência na escola regular, e aborda o princípio fundamental da escola inclusiva, no qual todas as crianças devem aprender juntas. Nesse contexto, a escola tida como inclusiva deve reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, dentre elas, às *Necessidades Educacionais Especiais* (NEE), que se referem a todas aquelas crianças ou jovens cujas NEE se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Os paradigmas do conservadorismo presentes nas escolas são rompidos por meio do processo de inclusão. A educação inclusiva concebe a escola como espaço de todos, onde os alunos passam a construir seus conhecimentos, suas capacidades e expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças (ROPOLI, et. al., 2010).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem por objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, além de garantir o atendimento educacional especializado, a participação da família e comunidade, formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (BRASIL, 2008).

O último censo da Educação Básica divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2016), registrou um significativo aumento no número de alunos com NEE, e apontou que 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns, enquanto que em 2008, esse percentual era de apenas 31%. As regiões Nordeste e Norte apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente.

A escola por intermédio de sua coordenação pedagógica oferta capacitação ao docente de Ciências?

Este trabalho justifica-se pelo fato de que a educação inclusiva é fundamental na construção de conhecimento e na interação entre os alunos com NEE e os demais alunos, promovendo uma integração social educativa. A partir de novas práticas metodológicas e da estruturação da escola em vários aspectos, juntamente com a interação de todos, é possível avançar na construção de um ensino realmente colaborativo, em que a inclusão seja uma realidade a esses indivíduos e que eles consigam ter uma formação adequada com profissionais especializados para atendê-los independentemente de suas necessidades individuais (ROPOLI, et. al., 2010).

Destarte, o presente artigo tem como objetivo geral verificar as práticas metodológicas trabalhadas nas salas de AEE; analisar a atuação do professor de ciências na educação inclusiva. Como específicos: Identificar a participação da coordenação pedagógica como meio facilitador de informações entre professores e alunos; verificar as atividades realizadas na Sala de Atendimento Educacional Especializado; e conhecer o papel do intérprete no desenvolvimento do aluno com NEE.

2 Sala de atendimento educacional especializado (AEE)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III garante o atendimento educacional especializado (AEE) preferencial na rede regular de ensino.

O Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011, estabelece o conceito de atendimento educacional especializado, além de abordar os objetivos do AEE:

Art. 2º § 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes nas salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

As diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva destaca a função apresentada pelo atendimento educacional especializado “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 10).

A resolução nº4/2009 em seu artigo 5º estabelece que o Atendimento Educacional Especializado deva ser:

Realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

A nota técnica nº 055/2013 traz as atribuições do professor que atua diretamente no AEE, dentre elas estão:

A transversalidade da educação especial nas diversas etapas e modalidades de ensino; a flexibilidade na organização do AEE realizado de forma individual ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades educacionais específicas; o desenvolvimento de atividades conforme previsto no plano de AEE do estudante; a articulação pedagógica entre os professores dos Centros de AEE e os professores das classes comuns do ensino regular.

A sala de Atendimento Educacional Especializado é um espaço em que os alunos com NEE podem realizar diversas atividades complementares, tem acesso aos equipamentos adaptados tais como computadores com teclado adaptado, impressora Braille, os materiais em alto-relevo no qual aluno com surdez pode identificar os objetos. A sala de AEE não deve ser vista como reforço, pois não condiz com sua função, o qual está relacionado a uma complementação do ensino regular permitindo um melhoramento do desempenho do aluno com NEE.

Como está previsto no Decreto nº 7.611 dentre os objetivos da sala de AEE os materiais adaptados são meios facilitadores no processo de absorção e aprendizado dos alunos com NEE, permitindo o acesso ao conhecimento, visto que todos os recursos didáticos e pedagógicos quando alcançam seus objetivos desejados, tornam acessível a educação aos alunos com NEE, quebrando paradigmas e barreiras dentro da educação.

3 Metodologia

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, por meio bibliográfico, documental e de campo. Inicialmente, foi feita uma revisão das fontes bibliográficas, visando coletar informações sobre a temática de estudo, e fazer um levantamento de tudo o que há publicado no estado-da-arte. Em um segundo momento, foram realizadas coletas de dados por meio de entrevista e com a utilização de questionários semiestruturados.

As entrevistas aconteceram em três escolas da rede pública na área urbana de Caxias-MA, todas as escolas apresentam sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) escolhidas aleatoriamente, sendo respectivamente: Unidade Integrada Municipal João Lobo, Unidade Integrada Mal. Castelo Branco e Unidade Integrada Municipal Raimundo Nunes da Silva. Foram realizadas 3 visitas em cada uma das referidas escolas totalizando 9 visitas, sendo que a primeira fez-se a entrevista com as professoras pertencentes as salas de AEE, na segunda foram aplicados os questionários as intérpretes e a terceira aplicou-se os questionários aos professores de Ciências, obteve-se um total de 12 entrevistados sendo eles: 3 professoras das salas de AEE, 3 intérpretes do sexo feminino e 6 docentes de Ciências dos quais 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

3.1. Aspectos da pesquisa

A pesquisa dividiu-se em duas etapas, na primeira etapa entrevistou-se as professoras das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 40 minutos cada, sendo áudio gravadas com auxílio de um dispositivo móvel “smartphone LG Prime”, e transcritas as falas dos entrevistados para o editor de texto Microsoft Word 2013; todas as informações adquiridas foram transformadas em dados, por meio da utilização de planilhas do Excel 2013 para a formação de quadros, gráficos, além das categorias de análise.

Na segunda etapa houve aplicação dos questionários, os quais foram divididos em dois grupos: questionário 1 aplicado aos Intérprete se questionário 2 aos Docentes de Ciências do ensino fundamental.

4 Resultados e discussão

Os resultados deste estudo serão apresentados em duas etapas de forma que os dados obtidos possuam melhor entendimento.

4.1 Etapa I – Entrevista

Entrevistou-se 3 professoras pertencentes as salas de AEE e foram abordados alguns dos seguintes aspectos: seleção dos alunos com NEE, adaptações de materiais, participação nas atividades da escola, acompanhamento dos pais e sala de atendimento educacional especializado.

4.1.2 Adaptações de materiais

Com relação aos materiais adaptados, todas as professoras responderam que os mesmos são adaptados por elas em consonância com a necessidade de cada aluno. Uma das entrevistadas fez o seguinte relato quanto à preparação de aulas aos alunos cegos: “Na aula de Ciências quando se vão estudar as plantas, fazemos adaptações em alto-relevo para os alunos cegos e explicamos cada parte da planta, a fim de que eles aprendam a distinção por meio da análise sensorial”.

Outra entrevistada disse: “No caso do cadeirante que não possui muita coordenação motora adaptamos um lápis com EVA para ficar mais grosso e ele conseguir segurar”. As falas das professoras estão de acordo com o trabalho de Funck e Cordeiro (2015), os recursos e adaptações são ajustados às necessidades dos estudantes. Os autores afirmam ainda que o professor especializado necessita conhecer o aluno, suas possibilidades e, assim, viabilizar o melhor recurso. Sobretudo, precisa verificar sua funcionalidade na sala comum, pois é neste espaço que se encontram as barreiras que precisam ser eliminadas.

As adaptações realizadas pelos professores da sala de AEE são atribuições presentes na resolução 04/2009, no art. 13, inciso I:

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de

acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Os materiais adaptados garantem aos alunos com NEE meios para construir seu conhecimento, criando condições igualitárias de ensino e qualidade na aprendizagem, por esse motivo os materiais devem ser bem elaborados para suprir a necessidade específica de cada aluno dentro de suas particularidades. Os profissionais especializados assim como cita os autores Funck e Cordeiro (2015) necessitam conhecer esse aluno suas capacidades, possibilidades e seus limites para poder viabilizar o recurso adequado, além de verificar a correta aplicabilidade desse material na sala de aula.

4.1.3 Sala de Atendimento Educacional Especializado

O Quadro 1 mostra que o tipo de necessidade educacional mais presente está relacionada à deficiência intelectual, cujo atendimento realizado nas salas de AEE acontece de segunda à quinta. Segundo a professora da escola Raimundo Nunes, nem sempre é possível fazer o Atendimento Individual (AI) duas vezes na semana, devido à alta demanda de alunos, ainda segundo a professora, dos 52 alunos quatro são oriundos de outras escolas. Esse número significativo de alunos com NEE deve-se há diagnósticos mais precisos por parte dos médicos, seguidos de informações tanto dos pais quanto principalmente dos profissionais especializados que atuam nas salas de AEE.

Tem-se um total de 94 alunos com NEE matriculados nas 3 escolas referidas no Quadro 1 abaixo, um número bastante relevante o que nos leva a refletir sobre a importância da educação inclusiva e o papel que a escola inclusiva possui agregando mais acessibilidade a esse público. Observa-se que dentre as atividades proposta pelas salas de AEE aos alunos com NEE estão principalmente os jogos educativos (quebra-cabeça), os quais são realizados tanto manualmente quanto pelo computador, uma das professoras entrevistadas afirma: “Eles gostam bastante de jogar no computador são muitos habilidosos.”.

As atividades de letramento, os trabalhos escolares e pinturas vêm logo em seguida. Os trabalhos escolares são realizados com auxílio de computadores com teclados adaptados, as professoras da sala de AEE apenas monitoram e ajudam quando

são requisitadas pelos alunos com NEE. As atividades de pinturas são frequentemente realizadas pelos Autistas, que usam cores vivas em seus desenhos.

Quadro 1 – Características das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Escolas	Números de alunos com NEE	Tipos de NEE	Profissionais da sala de AEE	Atividades realizadas na sala de AEE	Atendimento da sala de AEE
<i>Castelo Branco</i>	10	Físico-motor (1) Surdez (4) Deficiência Intelectual (5)	1 Professora 1 Intérprete 1 Cuidadora	Jogos educativos(quebra-cabeça); Leitura (Português); Pesquisas de Trabalhos escolares; Auxílio na apresentação de seminários.	Segunda à Quinta
<i>João Lobo</i>	32	Autismo (8) Deficiência Intelectual (24)	1 Professora 3 Cuidadora	Atividade de letramento (leitura, Português, escrita, Matemática); Jogos educativos (quebra-cabeça, peças de montar); Pintura.	Segunda à Quinta
<i>Raimundo Nunes</i>	52	Autismo (4) Cadeirante (1) Surdez (4) Baixa visão (4) Deficiência intelectual(39)	1 Professora 2 Intérpretes 1 Cuidador	Letramento (Português, escrita, Matemática); Pesquisa de trabalhos escolares; Jogos educativos (quebra-cabeça, peças de montar); Pintura.	Segunda à Quinta

Fonte: Autoria própria

As escolas realizam 2 relatórios pedagógicos, sendo semestral, um relatório inicial abordando os aspectos dos alunos com NEE e outro final destacando seus avanços durante o ano letivo e suas necessidades, já com relação as avaliações uma das professoras acrescenta: “As avaliações são diferenciadas vai de acordo com os avanços que o aluno com NEE adquiriu, o professor da sala de aula comunica a direção, posteriormente a coordenação comunica a sala de AEE.” Outra professora destacou que em determinadas ocasiões o aluno surdo não tivera domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ficando a cargo das intérpretes auxiliá-lo na aprendizagem de libras.

A Portaria Normativa nº 13/2007 dispõe sobre a criação do programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado, em que são disponibilizados equipamentos de informática, suporte técnico, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às NEE dos alunos. O Quadro 2 contém os materiais disponibilizados pelo MEC/SECADI nas escolas em estudo, a seguir.

Educação inclusiva no ensino de ciências

Quadro 2 – Materiais presentes nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado)

Escola	Materiais disponíveis na sala de AEE
<i>Castelo Branco</i>	2 computadores 1 impressora 2 mesas para computadores com cadeiras 1 quadro acrílico ou branco 1 cadeira de rodas 3 armários 1 estante de livros 1 tv 1 ventilador de mesa 1 impressora Braille 1 notebook 1 data show
<i>João Lobo</i>	1 computador 1 mesa para computador e cadeira 1 cadeira de roda 1 mesa redonda 4 cadeiras 2 armários 1 TV vários livros educativos vários jogos educativos
<i>Raimundo Nunes</i>	1 computador 2 mesas para computador com cadeira 3 mesas retangulares 2 mesas redonda 6 cadeiras 1 armário 2 estantes pequenas

Fonte: Autoria própria

Os materiais que são disponibilizados pelo MEC as salas de AEE são fundamentais, pois cria condições igualitárias de ensino aos alunos com NEE. A escola Castelo Branco (Figura 1) dispõe de maior número de equipamentos apresentando um melhoramento na qualidade do aprendizado a esse público, além de dispor de um amplo espaço na sala de AEE, o qual facilita a realização das atividades. Quanto mais materiais estarem disponibilizado e acessível a esses alunos melhor é o atendimento, visto que os recursos são um facilitador no processo de aprendizagem e na inclusão educacional. A escola João Lobo, também, dispõe de espaço para preparação das atividades e respectivos materiais.

Figura 1– Atendimento aos alunos com NEE (Castelo Branco)



Fonte: Autoria própria

Todas as escolas contêm computadores, mesas, armários e cadeiras, no entanto, nas escolas Raimundo Nunes e Castelo Branco foram encontrados uma quantidade maior de materiais, nesta última dispõe de uma impressora Braille, um ventilador de mesa, um notebook e um data show.

Figura 2 – Materiais utilizados na Sala de Atendimento Educacional Especializado (Raimundo Nunes)



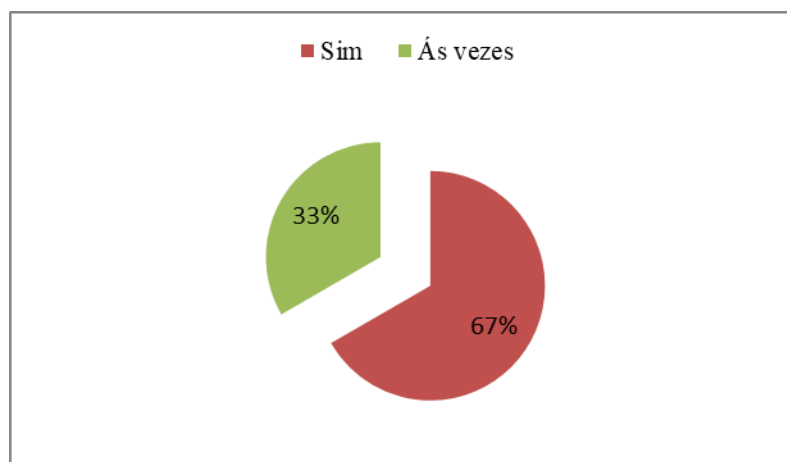
Fonte: Autoria própria

4.2 Etapa II – Questionário (Intérprete)

Os questionários foram aplicados a três intérpretes do sexo feminino com questões semiabertas abrangendo os seguintes questionamentos:

4.2 1º professor (Ciências) repassa o conteúdo que irá ministrar ao intérprete.

Gráfico 1 – Representação do percentual de professores que disponibiliza seus conteúdos aos intérpretes.



Fonte: Autoria própria

Segundo as intérpretes 67% professores de Ciências repassam os assuntos que irão ministrar. O intérprete e o professor necessitam estar em interação, ou seja, trabalhar em conjunto, pois, é conveniente e primordial que haja uma boa comunicação entre os dois; o intérprete necessita do acesso ao plano de aula do professor, a fim de obter informações sobre o que será abordado em sala de aula, facilitando a comunicação entre intérprete e aluno.

Para Fantacini e Oliveira (2013), é fundamental que os professores do ensino comum e especial possam rever suas práticas para uma atuação em conjunto, num trabalho em parceria dentro e fora da sala de aula e não mais paralelo. Segundo Glat; Pletsch; Fontes, (2007), em uma escola inclusiva o trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado se complementam de maneira colaborativa.

4.2.2 O papel do intérprete

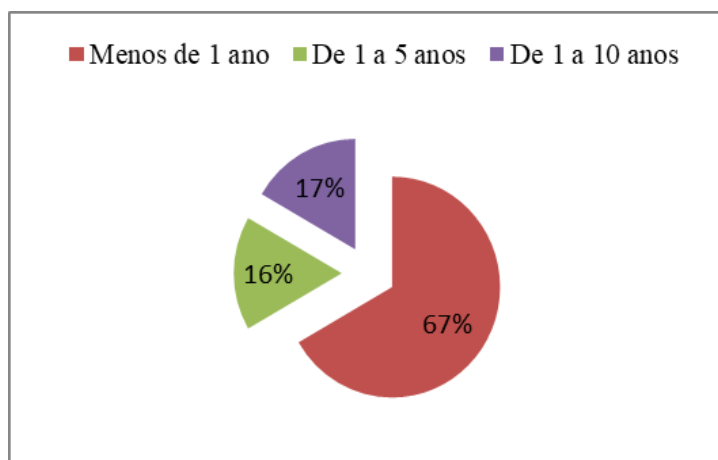
Quando foi perguntado qual seria o papel do intérprete em sala de aula, duas intérpretes de libras responderam o seguinte: a primeira disse, “Mediar a comunicação do surdo com professores, alunos e demais funcionários”. A segunda completou, “Transmitir a informação para o surdo através da sua língua”.

O papel que o profissional de Libras desempenha na sala de aula é diferente do papel do professor, sendo que às vezes por falta de maiores informações esses papéis acabam por se confundirem. O professor é mediador do ensino, ficando sobre sua responsabilidade a transmissão do conhecimento aos alunos. Segundo o trabalho de Silva e Oliveira (2014), o papel exercido pelo intérprete vai de acordo com a fala de um dos entrevistados, ao afirmar que o intérprete atua como mediador entre o professor e o aluno, fazendo a interpretação dos conteúdos trabalhados pelo professor para a linguagem de sinais.

4.3 Etapa II– Questionário (Professor de Ciências)

Foram aplicados questionários a seis professores de Ciências, sendo 1 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, referente ao tempo de experiência que possuem em trabalhar com alunos NEE.

Gráfico 2 – Experiência docente com alunos portadores de NEE



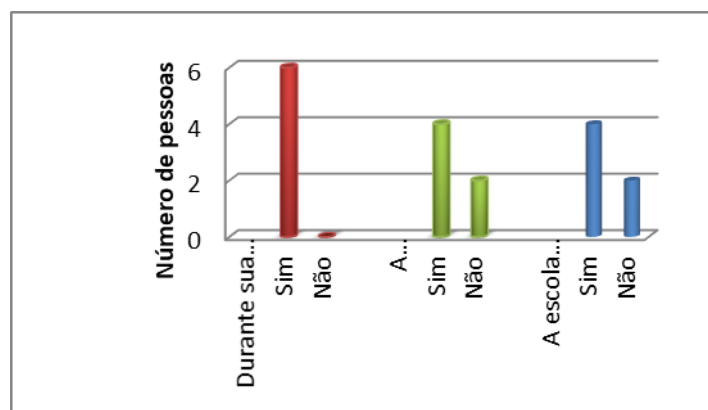
Fonte: Autoria própria

Observou-se que somente 17% dos professores tem experiência docente com alunos com NEE, à falta de experiência e a necessidade de maiores informações que o professor precisa a respeito das necessidades educacionais dos alunos, aliado a grande demanda de alunos em sala de aula, são fatores que dificultam a habilidade do professor ao se relacionar de forma interativa com os alunos com NEE, ficando o mesmo em sua maior parte do tempo a cargo dos cuidadores (acompanhantes) e intérpretes.

4.3.1 Conhecimento sobre educação inclusiva

Ao analisar o conhecimento adquirido pelos professores no decorrer de sua formação acadêmica, o acompanhamento que a coordenação pedagógica realiza junto aos professores e a estrutura que a escola dispõe para o atendimento dos alunos com Necessidades Especiais, observaram-se pouca variação entre as respostas apresentadas conforme o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Conhecimento dos professores sobre educação inclusiva, interação entre a coordenação pedagógica e professores e adaptação da escola aos alunos com NEE



Fonte: Autoria própria

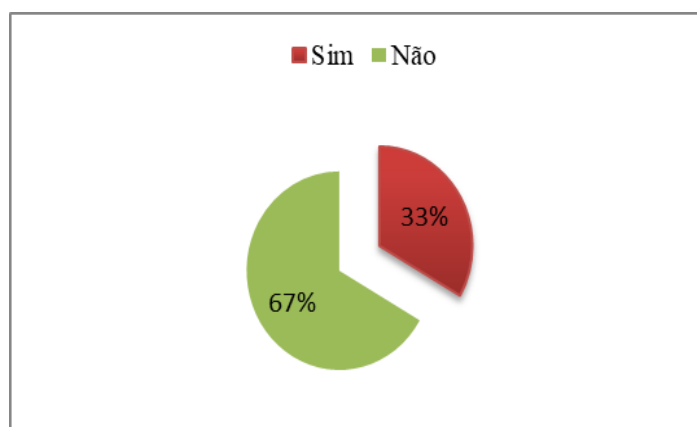
Com relação aos dados referentes aos conhecimentos sobre educação inclusiva, os 6 docentes de Ciências afirmaram terem tido contato com o assunto durante sua formação acadêmica. Já a respeito da coordenação pedagógica, 4 dos professores de Ciências disseram que foram informados sobre a chegada dos alunos com NEE, 2 relataram não terem tido acompanhamento.

Desse modo, entende-se que é de suma importância para o professor conhecer todas as informações possíveis sobre seu aluno com NEE. A escola, por sua vez, deve disponibilizar o melhor atendimento possível aos alunos, observando desde a parte pedagógica até as estruturas físicas (instalações), as quais precisam estar em condições adequadas para receber todos os alunos independentemente de suas limitações.

4.3.2 Capacitação aos professores

No que se refere à capacitação de professores das escolas pesquisadas, percebeu-se que a maior parte dos professores afirmou não ter recebido qualquer tipo de preparação por parte da escola no sentido de obter mais informações e treinamento sobre como lidar com os alunos com NEE, conforme se vê no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Preparação, por parte da escola, dos professores para trabalharem com alunos com NEE



Fonte: Autoria própria

Notou-se que 67% dos professores não passaram por treinamento referente aos alunos com NEE, o que de certa forma, dificultou a inserção dos alunos com NEE no processo ensino-aprendizagem. A partir do momento que o professor conhece as limitações de seu aluno, podem-se criar alternativas de interação e estimulação que levem ao desenvolvimento desse aluno e à melhoria no relacionamento com os demais.

Percebe-se a necessidade de incentivo da escola por meio de sua coordenação pedagógica em possibilitar aos professores da sala regular/comum uma capacitação antes e durante o ano letivo. A preparação do professor antes do início das aulas deve acontecer para que ele tenha conhecimento a respeito da necessidade educacional especial do aluno, e faça seus planos de aula, de modo a conter plano aluno com NEE.

Conclusão

Na educação inclusiva todos os alunos são vistos como iguais independentes de qualquer limitação individual que possam apresentar, desta maneira possuem os mesmos direitos e deveres.

A simultaneidade na interpretação demanda do profissional que se propõe a fazer habilidades que vão além do conhecimento linguístico, o intérprete tem acesso às informações e textos que estão em outra língua em tempo real, exigindo dele destreza e aptidão interpretativa. Não obstante, os professores de Ciências não se sentem preparados para atuarem com alunos com NEE, diante dessa situação torna-se de extrema importância uma ação da escola, seja por meio da coordenação pedagógica ou de demais profissionais especializados pertencentes ao quadro institucional, no sentido de promover ações, buscando informar, capacitar, estimular e criar novas concepções acerca da educação inclusiva, o que levaria esses docentes a se tornarem mais confiantes, preparados e motivados em sala de aula.

Diante do exposto, entende-se que grande parte dos profissionais intérpretes e professores de Ciências das escolas pesquisadas passa por situações na qual precisam lidar constantemente com desafios, no sentido da falta de recursos metodológicos adequados a realidade dos alunos com NEE, da dificuldade dos alunos surdos na identificação de certos sinais, da rapidez que o professor na sala de aula transmite os conteúdos, da falta de capacitação e treinamento específico, gerando insegurança por parte deste profissional diante da educação inclusiva, além dos materiais didáticos não adaptados, que por sua vez, podem levar a ineficácia no desempenho e aprendizagem dos alunos com NEE.

Assim sendo, a realização deste trabalho deve servir de base para pesquisas futuras no intuito de corroborar com a efetivação da Educação Inclusiva nas escolas públicas, no que tange ao papel dos intérpretes no ensino–aprendizagem dos alunos com NEE, e à intensificação de uma ação mais participativa dos professores de Ciências no processo educativo desses alunos, podendo estes e outros pontos serem utilizados como objeto de pesquisa no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino médio na cidade de Caxias, Maranhão.

Referências

- BRASIL. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 03/08/2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Imprensa Oficial. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20/07/2017.
- _____. **Declaração de Salamanca:** sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02/08/2017
- _____. **Decreto nº 7.611.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 02/08/2017.
- _____. **Censo Escolar da Educação Básica.** 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/not_no_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso: 20/07/2017.
- _____. **Ministério da Educação. Nota Técnica nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE.** Disponível em: <http://www.ppd.mppr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055CentrosdeAEE.pdf>. Acesso: 20/07/2017. Acesso em: 03/08/2017.
- _____. **Ministério da Educação. Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192>. Acesso: 18/07/2017.
- _____. **Portaria Normativa nº 13,** de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais"
- FANTACINI, R. A.F.; OLIVEIRA, E. L. S. Ensino Colaborativo: Redefinindo as Práticas Pedagógicas na Construção da Escola Inclusiva. **Revista Camine:** caminhos da educação, Franca, v. 5, n. 2. p. 112-125, 2013.
- FUNCK, A. H.; CORDEIRO, A. F. M. As professoras da sala comum e seus dizeres: atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. **Revista educação especial.** v. 28, n. 52, p. 393-404, 2015.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista educação Santa Maria,** v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

ROPOLI, E. A. et al. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, K. C.; OLIVEIRA, A. A. O papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista eventos pedagógicos**. v. 5, n.2 (11. ed.) p. 181 -190, 2014.

SILVA, K. X.; OLIVEIRA, I. M. O Trabalho do intérprete de libras na escola: um estudo de caso. **Revista educação & realidade**. v.41, n. 3, p. 695b-712, 2016.